

MOBILIZAÇÕES, DENÚNCIAS, CAMPANHA E ATO NO CONGRESSO MARCAM O 7 DE ABRIL

As mobilizações dos médicos em torno do Dia Mundial da Saúde, celebrado em 7 de abril, ganharam destaque em toda a imprensa brasileira, com ampla repercussão das atividades programadas nos estados. Por meio das notícias veiculadas, as entidades médicas acreditam ter conseguido expor à sociedade as dificuldades enfrentadas pelos profissionais na saúde pública e o descaso do governo com o interesse da população atendida pela saúde suplementar.

Os jornais trouxeram diversas notícias estampadas em suas principais manchetes. Deram destaque ao lançamento do relatório divulgado em 7 de abril pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (*leia mais na página 2*). O anúncio do documento, teve ampla repercussão nas mídias impressas com fortes manchetes como “Comissão compara hospitais a acampamentos de guerra” (O Estado de S.Paulo), “Em hospitais, falta até água para dar descarga, diz estudo” (O Globo), “Investimento no SUS é ficção orçamentária” (Correio

Braziliense) e “Entidades médicas revelam situação ruim de hospitais públicos do Brasil” (Diário do Nordeste). Outros veículos também destacaram que, no Dia Mundial da Saúde, havia pouco a comemorar e muito pelo que lutar (Jornal do Brasil). “Médicos protestam por melhorias na saúde pública” (Tribuna de Minas) e “Entidades apontam problemas na rede pública de saúde” (A Tarde), da Bahia, deram a tônica à data. No Mato Grosso do Sul, o jornal O Progresso também deu destaque ao lançamento do relatório Comissão com a manchete: “Problemas no SUS ferem dignidade dos cidadãos”.

No dia 8 de abril, foi a vez do Plenário da Câmara dos Deputados receber dos médicos e da sociedade civil as reivindicações por melhorias



Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e lideranças médicas nacionais apresentam à imprensa relatório sobre situação da saúde pública no Brasil

na saúde. Durante audiência na Comissão Geral da Câmara dos Deputados (*leia mais na página 2*), os médicos pediram a aprovação – em caráter de urgência – do projeto de iniciativa popular 321/13, que destina 10% da receita corrente bruta da União no SUS.

O subfinanciamento da saúde pública é um dos motivos que levaram os médicos a protestarem nas ruas de todo o país. No Paraná, os médicos também promoveram na Assembleia Legislativa do Estado um amplo debate sobre a precarização da saúde.

CAMPANHA NACIONAL

As denúncias dos médicos sobre as distorções do Sistema único de Saúde (SUS) foram ainda reforçadas na campanha publicitária “O Brasil tem urgência de ser bem tratado!”, lançada em abril pelo Conselho Federal de Medicina. O apelo à sociedade aparece em distintas peças, como cartazes (*foto*), banners de internet, spot de rádio e filme para televisão (*disponível em <http://bit.ly/1m0NiKQ>*).

A campanha sintetiza o compromisso do médico com a qualificação da assistência. “Os médicos enfrentam as mais difíceis situações”, diz um dos textos. “Impedidos de praticar a boa medicina, fazem o possível para um atendimento digno e humano”, afirma outro.

Todas as imagens são reais e foram captadas durante fiscalizações realizadas pelas entidades médicas locais em nove estados. O material foi divulgado em jornais, revistas, rádio e TV com imagens de enfermarias lotadas, pessoas deitadas no chão e hospitais com infiltrações nas paredes.

A saúde no Brasil enfrenta uma crise grave, o que não é segredo para ninguém, principalmente para aqueles brasileiros que esperam horas por atendimento, semanas por uma consulta e até anos por uma cirurgia. Colocados entre a urgência dos pacientes e a falta de estrutura do sistema público de saúde, os médicos enfrentam as mais difíceis situações. Impedidos de praticar a boa medicina, fazem o possível para prestar um atendimento digno e humano. Há tempos, os médicos denunciam esta realidade inaceitável e cobram mais recursos para a saúde, maior controle e avaliação dos gastos para evitar abusos, melhoria na qualidade de gestão e criação de carreira de Estado para a categoria. O país não precisa de medidas paliativas, mas de ações concretas pelo bem de todos.

www.gurumedicos.org.br

O Brasil tem urgência de ser bem tratado. Todos juntos por uma saúde melhor.

CFM | CRMs

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS APRESENTA SITUAÇÃO DOS HOSPITAIS DE EMERGÊNCIA DO BRASIL

Casos de pacientes em macas espalhadas pelos corredores ou em colchões sobre o chão, falta de água em chuveiros e sanitários e cenários que se assemelham aos de uma enfermaria de guerra integram o relatório divulgado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. A Comissão visitou oito hospitais de urgência da rede pública, numa ação desenvolvida em parceria com Conselhos e Sindicatos de profissionais da saúde, Ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil.

O relatório final das visitas foi apresentado à imprensa no Dia Mundial da Saúde, em evento realizado na sede do Conselho Federal de Medicina (documento disponível em

<http://bit.ly/1mVJvCd>). Para os membros da Comissão, em todas as situações ficou evidente que muitos dos problemas compartilhados estão relacionados a questões estruturais do SUS e que "ferem a dignidade e os direitos dos cidadãos brasileiros, previstos na Constituição Federal".

As informações coletadas relatam a situação dos seguintes hospitais de urgências médicas: Arthur Ribeiro de Saboya em São Paulo (SP); Souza Aguiar no Rio de Janeiro (RJ); Hospital Geral Roberto Santos em Salvador (BA); Pronto Socorro João Paulo II em Porto Velho (RO); Pronto Socorro Municipal Mario Pinotti em Belém (PA); Hospital de Base em Brasília (DF); Hospital Nossa Senhora da Conceição

em Porto Alegre (RS); e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande (MT).

A partir dos resultados do relatório, a Comissão recomendará ao Executivo Federal, aos estados e municípios que, dentre outras providências, adotem efetivamente a Política Nacional de Atenção às Urgências, ampliando a participação no financiamento do SUS; reduzam a carência de quase 200 mil leitos hospitalares no País e crie mais leitos de apoio e de retaguarda; revisem os valores da Tabela SUS para remunerar a prestação de serviços com dignidade; e evitem a contratação provisória de recursos humanos, privilegiando o concurso público e a contratação pelo regime estatutário.

MÉDICOS DEFENDEM PROJETO SAÚDE+10 NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS



Participantes da Comissão Geral que discutiu o financiamento da saúde na Câmara dos Deputados afirmaram que somente com a aplicação de 10% da receita corrente bruta da União no SUS será possível resolver os problemas do setor. Médicos, especialistas e deputados reivindicam durante a sessão de 8 de abril a aprovação – em caráter de urgência - do projeto de iniciativa popular (PLP 321/13) que prevê essa destinação.

A proposta nasceu de iniciativa do Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública, Saúde+10, com participação de mais de 100 entidades, entre elas associações, conselhos e sindicatos médicos, além das sociedades de

especialidades. O grupo conseguiu mais de dois milhões de assinaturas para o projeto, que ainda não recebeu a devida importância no Congresso Nacional.

Durante a Comissão Geral, os representantes das entidades médicas nacionais se pronunciaram da tribuna do Plenário e pediram prioridade para

o projeto. Participaram da sessão Aloísio Tibiriçá, 2º vice-presidente do CFM e coordenador da Pró-SUS, Florentino Cardoso, presidente da AMB, e Geraldo Ferreira Filho, presidente da Fenam.

Em agosto de 2013 o Saúde+10 foi apresentado na Câmara, mas, dois meses depois, foi apensado ao PLC 123/12, perdendo sua forma original. Neste projeto, já aprovado na Comissão de Seguridade Social e Família, a previsão é de que sejam aplicados entre 15% a 18,7% da Receita Corrente Líquida até 2018 – com prejuízos em relação à proposta do Saúde+10. A expectativa é de ele seja desapensado para prosseguir da forma original, como projeto de iniciativa popular.

AJUDE A ABRIR

A CAIXA-PRETA

DA SAÚDE NO BRASIL



O projeto Caixa-Preta da Saúde, idealizado pela Associação Médica Brasileira (AMB), já recebeu quase 2.500 denúncias da população sobre o atendimento na rede pública de saúde. Desde seu lançamento, em 12 de março, o site www.caixapretadasaude.org.br e as redes sociais Facebook e Twitter são os canais de interação com o público.

Por meio destas ferramentas colaborativas, a entidade médica espera que todos os brasileiros se unam em prol de melhores condições da saúde em geral. Até o momento, a demora para ser atendido foi o item mais citado pelos usuários do SUS. Em seguida aparece a falta de remédios, materiais e leitos.

APÓS TRÊS ANOS, GOVERNO CONCLUI APENAS 11% DAS AÇÕES EM SAÚDE DO PAC

Apenas 11% das ações previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) para a área da saúde foram concluídas desde 2011, ano de lançamento da segunda edição do programa. Das 24.066 ações sob responsabilidade do Ministério da Saúde ou da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), pouco mais de 2.500 foram finalizadas até dezembro do ano passado.

Metade das mais de 24 mil ações programadas para o período de 2011 a 2014 permanece nos estágios classificados como "ação preparatória" (estudo e licenciamento), "em contratação" ou "em licitação". Enquanto isso, 9.509 ações constam em obras ou em execução, quantidade que representa 39% do total.

Entre as regiões do país, a que apresentou pior resultado percentual de execução foi o Sudeste, onde o governo conseguiu concluir somente 318 (7%) das 2.441 obras previstas.

Na sequência aparece o Nordeste, que, apesar de concentrar o maior volume absoluto de obras – mais de 11 mil –, teve apenas 1.119 (10%) empreendimentos concluídos nos últimos três anos.

Nas regiões Sul e Centro-Oeste, o percentual de conclusão oscila entre 11% e 12%, respectivamente. Já os estados do Norte tiveram um resultado relativamente melhor, mas igualmente mínimos. Somente 464 (10%) das 2.861 ações foram concluídas.

As informações levantadas com base nos relatórios do próprio governo englobam investimentos previstos pela União, empresas estatais, iniciativa privada e contrapartida de estados e

| AÇÕES PREVISTAS PARA O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO | | |
|--|-----------------|------------------|
| PAC 2 - 2011 A 2013 | | |
| | AÇÕES PREVISTAS | AÇÕES CONCLUÍDAS |
| UBSs | R\$ 3,9 BILHÕES | R\$ 192 MILHÕES |
| UPAs | R\$ 1 BILHÃO | R\$ 28 MILHÕES |
| SANEAMENTO* | R\$ 2,5 BILHÕES | R\$ 404 MILHÕES |

*SANEAMENTO, RECURSOS HÍDRICOS E ÁGUA EM ÁREAS URBANAS

FONTE: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO
LEVANTAMENTO DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

municípios em projetos de construção e de reforma de Unidades Básicas de Saúde (UBS), Unidades de Pronto-Atendimento (UPA) e ações de saneamento. O levantamento consolida dados do 9º balanço oficial do PAC 2, divulgado em março deste ano.

TCU APONTA SUPERLOTAÇÃO EM 64% DOS HOSPITAIS

O Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu o relatório sistêmico de fiscalização da saúde, com a compilação dos trabalhos mais relevantes na área, realizados em 2013. No que se refere ao tema da Assistência Hospitalar no SUS, o tribunal realizou amplo diagnóstico em 116 hospitais públicos, que concentram aproximadamente 27.614 leitos (8,6% do total de leitos na rede pública), e em todo o país entrevistaram gestores, representantes do Judiciário e dos conselhos profissionais. O relatório recém-concluído tem 200 páginas com um inédito diagnóstico dos serviços do SUS e está disponível na íntegra em <http://bit.ly/1pBSt4q>.

Foram identificados problemas graves, complexos e recorrentes, relacionados a insuficiência de leitos, superlotação de emergências hospitalares, carência de profissionais de saúde, desigualdade na distribuição de médicos no país, falta de medicamentos e insumos hospitalares. Também foi apontada a ausência de equipamentos ou equipamentos obsoletos, não instalados ou sem manutenção, estruturas físicas inadequadas e insuficiência de recursos de tecnologia da informação.

Em 67% dos estados a quantidade de leitos para a massa dependente da rede pública (2,29 para cada mil habitantes) é inferior ao mínimo recomendado pelo próprio governo (2,5 por mil). Mais de 2.700 leitos foram interditados por falta de enfermeiros e de serviços de apoio. Gestores de 85 unidades hospitalares (73% do total) afirmaram que a estrutura física dessas unidades não era adequada ao atendimento – projeto arquitetônico ruim e estruturas antigas que impedem instalação de equipamentos comprados.

Entre os 50 medicamentos mais adquiridos no país, 43 têm preços acima da média internacional. Na análise sobre as dívidas privadas que os planos de saúde acumulam com o SUS, os técnicos do TCU apontaram que, de cada R\$ 100 que o setor público gasta com clientes dos planos de saúde, o governo só consegue receber R\$ 2,4. Por fim, criticaram o desperdício de dinheiro em projetos como o do Cartão SUS, que gastou R\$ 255 milhões nos últimos dez anos, parte em "pagamentos estranhos", sem ainda ter mostrado a que veio.

BRASIL É O PIOR PAÍS NO ÍNDICE BLOOMBERG DE EFICIÊNCIA EM SAÚDE

De acordo com o Índice Bloomberg de Eficiência da Atenção à Saúde, o Brasil é o país mais ineficiente, com índice de 17,4 em uma escala de 0 a 100, entre os 48 analisados (com população de pelo menos cinco milhões de habitantes e renda per capita mínima de US\$ 5.000). Ainda nas cinco últimas posições encontram-se Sérvia (27,2), Estados Unidos (30,8), Iran (31,5) e Turquia (33,4).

A metodologia ordena os países a partir de três indicadores: expectativa de vida ao nascer; gasto em saúde como proporção do Produto Interno Bruto (PIB); e gasto per capita em saúde com a cobertura de atenção preventiva e curativa, planejamento familiar, atividades nutrição e cuidados de emergência.

O primeiro indicador teria uma relação direta com a eficiência e os outros dois uma relação inversa. Estes três indicadores foram combinados em um índice, onde a esperança de vida tem peso de 60%, o gasto em saúde como proporção do PIB tem um peso de 30% e o gasto absoluto per capita em saúde tem um peso de 10%.



ACONTECE NOS ESTADOS

CE: ENTIDADES MÉDICAS DENUNCIAM CAOS NA SAÚDE

No Dia Mundial da Saúde, 7 de abril, médicos do Ceará se mobilizaram para protestar contra o que eles definem como "caos na saúde". Na ocasião, as entidades médicas convocaram a imprensa e apresentaram alguns números que denunciam problemas vividos pela categoria nos hospitais do Estado e do município de Fortaleza. As lideranças também criticaram os investimentos feitos pelo governo nos hospitais e destacaram que o Brasil é o país que menos gasta com a saúde na América Latina. Eles também pediram a realização de concursos públicos na área da saúde e mais segurança nos locais de trabalho.

DF: STF APOSENTADORIA ESPECIAL PARA MÉDICOS

A Súmula Vinculante nº 33, aprovada pelo Supremo Tribunal Federal em 9 de abril garante aos médicos o mesmo tratamento conferido aos trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho e sujeitos ao Regime Geral da Previdência Social no que diz respeito à aposentadoria especial. Isso inclui a conversão do tempo especial em tempo comum, ou seja, a contagem diferenciada com a aplicação do fator de conversão de 1.4, para homens, e 1.2, para mulheres. A Súmula consolida os Mandados de Injunção 836, dos médicos vinculados ao GDF, e 837, dos profissionais federais.

RJ: MÉDICOS DOS HOSPITAIS FEDERAIS EM GREVE

Os médicos dos hospitais federais no Rio de Janeiro permanecem em greve desde fevereiro deste ano. A paralização das atividades é uma resposta à falta de avanços na mesa de negociação. Uma das principais reivindicações dos médicos é o retorno do pagamento da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, substituída pela Gratificação de Desempenho de Atividade Médica a partir da vigência da MP 568, transformada na Lei 12.702/2012. Com a mudança, os médicos perderam cerca de R\$ 1.300 por matrícula e seus vencimentos tornaram-se inferiores aos dos demais servidores federais de nível superior.

RN: SANCIONADA A LEI QUE AUMENTA SALÁRIOS

Foi sancionada em 14 de abril a Lei Complementar 311/2014, que garante o reajuste salarial para os médicos do RN. Os profissionais receberão 5% a partir de 1º de maio; 10% em maio de 2016; 10% em maio de 2017; 10% em maio de 2017 e mais 10% em maio de 2018, quando os médicos com 20 horas receberão como vencimento básico o valor de R\$ 5,363,55. Para as entidades médicas locais, embora ainda seja necessário muito para melhorar as condições de trabalhos no estado, a sanção da lei pode ser considerada uma conquista da categoria por oferecer salários dignos.

RS: MÉDICOS PEDEM AGILIDADE NA IMPLANTAÇÃO DO PCCV

Cerca de 150 médicos municipais de Pelotas se mobilizaram e paralisaram as atividades nas unidades básicas de saúde no dia 8 de abril. O objetivo foi sensibilizar a prefeitura a oficializar e agilizar a apresentação de proposta de um Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos (PCCV). A mobilização ocorreu após quatro meses de espera. Reuniões para iniciar a negociação do plano de carreira foram canceladas e remarçadas, gerando insegurança à categoria. Em fevereiro de 2013 os médicos entregaram ao prefeito a proposta já em formato de projeto lei e até hoje aguardam agenda para iniciar a negociação da implantação do PCCV.

SC: MÉDICOS APROVAM PROPOSTA DO GOVERNO E DESCARTAM PARALISAÇÃO

No início de abril, os médicos do Estado aprovaram a proposta encaminhada pelo governo do Estado sobre a remuneração. Há dois anos os profissionais não recebem reajuste e ameaçaram suspender os atendimentos. A proposta tem sete itens que, segundo o Conselho Superior das Entidades Médicas (Cosemesc), contemplam as reivindicações dos médicos, como a fixação do piso Fenam para jornada de 20 horas semanais; edição de decreto para garantia imediata da parte variável da Gratificação de Desempenho e Atividade Médica para todos os profissionais médicos ativos; além de outras conquistas.

COMISSÃO NACIONAL PRÓ-SUS

Coordenador: Aloísio Tibiriçá. **Membros:** Abdon José Murad Neto, Alceu José Pimentel, Ceuci de Lima Xavier, Cid Célio Jayme Carvalhaes, Cláudio Balduino Couto Franzen, Darley Rugeri Wollmann Júnior, João Ladislau Rosa, José Maria Pontes, Hermann Tiesenhausen, José Fernando Vinagre, Makhoul Moussalem, Márcio Bichara, Mauro Luiz de Britto Ribeiro, Roberto Queiroz Gurgel, Roberto Tenório de Carvalho, Wilton Mendes e Wirlande Santos da Luz.